

DE QUE FAMÍLIA ESTAMOS FALANDO? ENTRE O IDEAL E O VIVIDO

Ivany Pinto Nascimento¹

RESUMO: O presente texto surgiu a partir de estudos e pesquisas bibliográficas desenvolvidas com a juventude e sua interface com a educação. Nesta investida abordamos a temática família e sua relação com a tradição na perspectiva do ideal e com o vivido na perspectiva das famílias reconstituídas. Estas últimas são, na contemporaneidade, representativas da constituição das famílias brasileiras. Para tanto, organizamos a abordagem desta temática a partir dos seguintes tópicos: 1) (Re) avivando os fios condutores do processo de mudanças no ideário da família; 2) Entre o ideal e o vivido: o que quer a família?; 3) Entre os amores e os (des) amores segue a família do século XXI; 4) O Contexto do Neoliberalismo enlaçado na família: Qual a saída?; 5) As juventudes e suas famílias; 6) Amarrando alguns pontos sobre o processo de trabalho com grupos familiares.

PALAVRAS-CHAVE: família; ideal; vivido.

WHICH FAMILY ARE WE TALKING ABOUT? BETWEEN THE IDEAL AND LIVED LIFE

The present text emerged from studies and bibliographical research developed on youth and its boundaries with the education. In this way we boarded the subject family as well as its relationship with the tradition in the perspective of the ideal and its relationship with the lived life for the reconstituted families. These former are, in the current days, representative of the constitution of the Brazilian families. For so, we organized boarding of this thematic from the following topics: 1) Revival of the conducting wires of the process of changes in the conceptions of the family; 2) Between the ideal and the lived lives: what does the family want?; 3) Between that the loves and non loves follow the family of century XXI; 4) The Context of the Neoliberalism enlance in the family: What are the ways?; 5) Youths and their families; 6) Knotting some points on the process of work with familiar groups.

KEY-WORDS: family; ideal; life.

¹ Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora da Graduação e da Pós-graduação do Instituto de Ciências da Educação da UFPA; Coord. do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Educação e Representações Sociais- GEPJURSE; Vice Diretora do Instituto de Ciências da Educação; Pesquisadora associada da Fundação Carlos Chagas. E-mail: ivany.pinto@gmail.com

O presente texto surgiu a partir de estudos e pesquisas desenvolvidos com a juventude em interface com a educação. Nesta investida abordaremos a temática família e sua relação com a tradição e com o vivido pelas famílias reconstituídas que na contemporaneidade são representativas da constituição das famílias brasileiras

A nossa formação em Psicologia, Psicanálise e Psicologia da Educação nos convida para investigar e analisar os fenômenos sociais a luz de teóricos que traçaram caminhos para este fim.

Desta forma, este escrito é uma tentativa de preencher o mosaico sobre a complexidade da constituição familiar na contemporaneidade. Significa que prosseguiremos tentando em cada investida teórica realizar o desejo de completar com mais um e não com o todo

Organizamos a abordagem desta temática a partir dos seguintes tópicos: 1) (Re) avivando os fios condutores do processo de mudanças no ideário da família, 2) Entre o ideal e o vivido: o que quer a família?, 3) Entre os amores e os (des) amores segue a família do século XXI, 4) O Contexto do Neoliberalismo enlaçado na família: Qual a saída?; 5) As juventudes e suas famílias, e por fim 6) Amarrando alguns pontos sobre o processo de trabalho com grupos familiares.

(RE) AVIVANDO OS FIOS CONDUTORES DO PROCESSO DE MUDANÇAS NO IDEÁRIO DA FAMÍLIA

A família nos dias atuais é alvo de questionamentos. Alguns perguntam: Onde estava a família que não viu? Outros exclamam: - não é possível que a família não soubesse! Observações como: a família devia ter ensinado, devia ter mostrado, devia...

Pergunto, de que família estamos falando? O modelo de família moderna constituída pelo pai, mãe e filhos não é natural. Ela é resultante de mudanças na estrutura social que demarcam acontecimentos históricos, políticos e econômicos que promovem transformações no ideário sobre a constituição da família.

Nesta lógica, pensar sobre a dinâmica da família, seus direitos, deveres e funções, nesta primeira década do século XXI, implica em fazermos referências a alguns padrões de relacionamentos que, no curso das mudanças socioeconômicas, sofreram transformações.

Isto significa que a família assim como outra qualquer dimensão do social se ressentem dos abalos na sua estrutura, em decorrência das pressões e interferências externas que, em parte, os pais ou responsáveis por vezes si quer conseguem absolver seus impactos na estrutura familiar.

Com isso se constata que a constituição da família extrapola o comportamento biológico para encontrar seu sentido e sua significação na cultura em tempos e espaço históricos diferenciados.

A separação entre a vida pública e a particular desde a revolução industrial introduziu transformações marcantes no seio da família. O desenvolvimento tecnológico resultou em intervenções sobre a reprodução humana. Nos anos de 1960, com o aparecimento da pílula anticoncepcional a sexualidade feminina passa a ser inscrita de outra forma, ou seja, dissociada da maternidade e muito mais próxima da liberdade para gozar sem “culpa” e sem uma determinação biológica.

Nesta esteira, resguardadas as diferenças desta consciência entre as mulheres, a subjetividade feminina se transforma e oferece possibilidades às mulheres para participarem de um cenário social mais amplo. O direito de determinar a sua maternidade resulta na expansão de sua atuação no social e no mercado de trabalho. Estes são alguns operadores que promoveram a oxigenação do papel feminino e foram responsáveis também pelos abalos tanto nos alicerces relacionais entre homens e mulheres quanto familiares tão bem examinados pelos estudos de Moraes (1994), Romanelli (1995), dentre outros.

Nos anos 80 do século passado, novos avanços tecnológicos introduziram a inseminação artificial e a reprodução *in vitro*, que ratificam e fortalecem os laços conjugais entre homem e mulher dissociados da natureza biológica humana.

Assim, estas e outras interferências, que aqui não é a nossa intenção aprofundá-las, somente reavivam na memória alguns dos fios condutores do processo de mudanças no ideário da família que fazem com que opere tensões, conflitos entre o vivido e o imaginado entre a escolha e o destino da dinâmica da composição familiar (FONSECA, 2001).

ENTRE O IDEAL E O VIVIDO: O QUE QUER A FAMÍLIA?

Muito embora a família tenha se transformado em decorrência das mudanças advindas do contexto socioeconômico, o imaginário que pesa sobre a família idealizada ainda é forte e se apóia na tradição. Esta vincula a concepção de família com a natureza biológica humana.

A família ainda é chamada à responsabilidade por tudo de certo ou de errado que seus membros, sobretudo as crianças e os jovens fazem, mesmo sabendo que os ídolos desta geração não são os mesmos que os das gerações anteriores.

Pai e mãe dividem a idolatria de seus filhos com outros significativos que estes filhos elegeram sem necessariamente refletir ou perguntar se ele ou ela é *do bem ou do mal*.

A resistência para enxergar à família vivida expressa a dificuldade em se considerar que o modelo de família que delineou a nossa história sofreu transformações. Se quisermos compreender a constituição das famílias contemporâneas, seus conflitos e possibilidades de superação teremos que escutar estas mudanças para podermos desconstruir os equívocos que referendam a morte da família, de sua simbologia e de seu valor para a vida do sujeito.

Não esqueçamos que a família é uma invenção social que se constitui na trama das transformações sócio-históricas com um discurso próprio que engendra novas composições e funções e, portanto, uma dinâmica diferenciada. A questão que talvez nos instigue é o como intervir nesta complexidade familiar. Como criar práticas que propiciem a estas famílias pactos para uma convivência saudável, de realizações e bem estar? Como criar práticas que propiciem a estas famílias o empoderamento e protagonismos de cada um?

Nesta lógica, compreendemos que a família não é apenas um agrupamento de indivíduos cuja determinação reside no parentesco consanguíneo. As composições familiares vividas na contemporaneidade assinalam sua reconstituição como fruto de novas uniões conjugais originadas pelo número crescente de separações. Estas famílias chamadas reconstituídas são chefiadas por pais ou mães solteiros (as), separados (as), viúvos (as); por casais do mesmo sexo com filhos ou sem; avós e netos ou tios e sobrinhos.

Estas e outras são modalidades que representam a família vivida de muitas das crianças e jovens brasileiros. Modalidades estas que possuem a sua complexidade entendida aqui como dimensões singulares que constituem e instituem lugares, sujeitos e funções em suas composições que formam, assim, a trama de cada uma.

Alguns destes lugares já são legitimados pela aprovação no novo código civil, como: filhos adotivos são possuidores dos mesmos direitos legais que aqueles legítimos; a guarda compartilhada que assegura igualdade de direitos e deveres entre o pai e a mãe separados em relação aos filhos.

À luz destas transformações, alguns afirmam que a família está em crise. Se atentarmos para a etimologia da palavra crise (do grego, Krisis) veremos que seu sentido se refere à situação de quando as coisas estão em processo de mudança de forma. Assim, a crise pode ser compreendida por esta lógica, a da transformação de sua forma, no caso da família; mas não a sua extinção.

Talvez pare este imaginário em nossas cabeças, na medida em que nos deparamos com crianças e jovens abandonados, perambulando pelas ruas, nos semáforos, dormindo nos bueiros, cumprindo medidas sócio educativas, se prostituindo, se drogando, ou seja, selando destinos trágicos, muito mais comprometidos com a morte do que com a vida. Voltemos às indagações do início do texto.

Onde estava a família que não viu? Outros exclamam: “não é possível que a família não soubesse!”. Observações como: “a família deveria ter ensinado, deveria ter mostrado”, deveria, deveria, deve, deve, deve o quê? Para quem?

Se estamos falando de famílias enquanto estrutura social, a responsabilidade não pode ser imputada somente a elas.

Uma pesquisa realizada pela UNICEF em 2007 com os jovens de diferentes condições sociais e de todas as regiões brasileiras assinala que as relações dos jovens adolescentes com suas famílias são marcadas por sentimentos e percepções diferentes. Se nas décadas de 1960 e 1970 a família foi alvo de um questionamento radical, no início do século 21 ela ainda sofre pressões e questionamentos quanto aos papéis daqueles que são responsabilizados pela sua estrutura.

Inegavelmente a família é imprescindível para o sujeito uma vez que, além dele depender dos cuidados de um outro, necessita também da transmissão da cultura para ascender à categoria de humano. A pré-maturação específica própria da raça humana faz com que as aprendizagens sejam condições *sine qua non* para que o humano possa se desenvolver e fazer o processo de individuação, ou seja, torna-se único indivisível.

O estado do espelho aparece como uma matriz simbólica da constituição do Eu, ou seja, um primeiro esboço da subjetividade humana. É a partir do movimento que se produz entre a criança e sua imagem refletida no espelho que se logrará a constituição de um Eu unificado ortopedicamente. À imagem virtual, inexistente como realidade (já que ao retirar-se o espelho ela desaparece), lhe serve como primeira identificação de um Si mesmo. Nesta imagem a criança se aliena fazendo deste Eu a sede do desconhecimento.

A função de mãe é a primeira a entrar em cena na vida de todo e qualquer sujeito. É esta que acolhe que introduz no cotidiano as primeiras simbolizações do mundo além de fornecer alimento. Pode-se pensar que é ela que nos alimenta a vida e a alma.

A função de pai, posteriormente, entra em ação ao introduzir as leis, os cortes e os limites para que o sujeito aprenda de várias formas, de inúmeras maneiras e se apresente ao grupo com os requisitos necessários para a sua pertença e interações com outros diferentes de seu primeiro grupo primário de socialização, o familiar. É a socialização secundária como nomeiam alguns teóricos.

Por esta lógica poderíamos dizer que está tudo certo. No entanto, esquecemo-nos de acrescentar um dado importante: o de que o processo de socialização da criança se inicia em uma perspectiva muito mais ampla. Anteriormente, este processo era mais fechado e circunscrito à família, num primeiro momento, e posteriormente ele se ampliava de acordo com o crescimento da criança.

Ao pensarmos na socialização da criança nos dias atuais, constatamos que as determinações socioeconômicas aliadas à mídia se confrontam e fragilizam os operadores que as funções de mãe e de pai utilizam para o crescimento e aprendizagem infantil.

Com efeito, as funções de mãe e de pai passam a operar em um continente dúbio, de insegurança. O NÃO pode ser um SIM ou vice versa, o SIM pode se transformar em segundos em um NÃO. E agora? Muito cuidado!

Os pais geralmente pensam dessa forma antes de tomar uma decisão: se formos muito abertos, podemos passar por relapsos, “descuidados com os filhos”. E se formos muito fechados podemos ser rotulados de “quadrados”, desatualizados.

As relações entre pais e filhos tendem à flexibilidade, possivelmente muito mais da parte dos pais que norteiam suas práticas em outros moldes diferentes dos modelos autoritários e de disciplinas rígidas.

O diálogo, a negociação e a tolerância, por sua vez, são os instrumentos utilizados pelos pais para a relação com seus filhos. Os traumas acenam para os pais com observações de que estabelecer limite pode ser muito perigoso para o filho, fora a sensação de desamor sentida pelos pais. É preferível estender a maternagem: Tudo pode a qualquer tempo e hora.

Existe a facilidade de acesso aos objetos reais em nossos tempos. A lógica do capital estimula e seduz com inúmeras promessas e facilidades de gozo. Os vínculos de pertença parecem perder o viço. Existe a dificuldade por parte do jovem de gozar com os vínculos familiares. Aprendemos com Freud que só é possível desejar se houver falta e, se o que vigora é a ausência de limites para este gozo, a procura de prazer se torna cada vez mais acirrada. Os objetos são em abundância e não tornam possível a percepção da falta. Eles, os objetos, permitem ter, mas nada respondem sobre o ser. Como saber sobre este caminho, ou seja, desejar ser se não há falta? E sim apagamento do sujeito.

ENTRE OS AMORES E OS (DES) AMORES SEGUE A FAMÍLIA DO SÉCULO XXI

A trama da estrutura familiar envolve amores e desamores. Sem freios os vínculos de pertença, que ligam os pais aos filhos e vice-versa tornam-se mais frouxos.

Os pais queixam-se da indiferença de seus filhos por aquilo que fazem pelo que desejam como se fosse algo sem atrativos. Os filhos, sobretudo os jovens queixam-se da mesma indiferença seja pelo trabalho dos pais que absorve todas as horas do dia, seja pelo cansaço juntamente com a falta de vontade que escutar e reconhecer em seu filho um sujeito e não um objeto.

As novas gerações experimentam, muitas vezes, uma distância e uma estranheza com relação aos pais, assim como a geração mais velha. Existem

tensionamentos permanentes quando os pais abordam que a família é importante para o sentido de vida. O que é interessante notar é, na frente dos refletores da mídia, a família é sempre citada como o primeiro e o mais importante grupo de pertença para o jovem. Como compreender esta afirmativa se, no cotidiano, o que prevalece possivelmente são as negociações pontuais, ao invés do diálogo.

O que isto significa?

O CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO ENLAÇADO NA FAMÍLIA: QUAL A SAÍDA?

O cenário destas famílias é o do neoliberalismo, caracterizado pela intervenção mínima do Estado na economia. A instabilidade do capital, o desemprego, a crescente miséria, a manipulação da mídia sobre os corpos e sentimentos são alguns exemplos deste contexto perverso. A falta do Estado no cumprimento de seus deveres, para proteger e cuidar do cidadão faz com que a família seja cobrada duplamente e assuma a responsabilidade da proteção social e psicológica de seus membros. Com esta demanda social, a família pede parceria à escola, além de políticas públicas no sentido de aparelhar-se para promover o que o Estado se recusa.

O privado é supervalorizado juntamente com o Eu, o que ocasiona o fechamento do sujeito e a conseqüente solidão. Vem o desprezo pelo coletivo em função da supremacia do “auto” como retrata um dito bem popular: *Eu tenho primeiro que me amar, o resto é o resto...*

Nos últimos tempos, desde 2002, a imprensa noticia sistematicamente atos de graves ações de violências, sejam de naturezas físicas, moral, sexual entre pais e filhos, com a inclusão do parricídio, do matricídio e assassinatos de filhos por mães e ou pais. Parece-nos que o imaginário que sustenta os autores destes delitos possivelmente é a necessidade de recuperar algo perdido e que lhe seria de direito. Esses e outros motivos alegados nutrem-se da moral de ser feliz a qualquer preço; a busca solitária da felicidade; o amor a si próprio que justifica qualquer ato.

AS JUVENTUDES E SUAS FAMÍLIAS

Quando pensamos na relação do jovem com sua família é necessário perguntamos de que jovem estamos falando? Sendo a juventude uma construção social esta varia em função de seu contexto histórico social

As concepções sobre a juventude, embora com algumas nuances de diferenças entre si, evidenciam que esse é um momento de crise, de transformações que culmina com um processo de construção da identidade, diferenciado do processo anterior ocorrido na infância. Novas buscas, papéis, escolhas e relações se estruturam, o que provoca em grande parte dos jovens, ansiedade, medo e insegurança.

A superação desses conflitos depende em grande medida, de uma gama de fatores que vão desde a forma como pais, educadores se relacionam com esse jovem, os vínculos que mantém fora da família até as políticas públicas sócio-educacionais, que se efetivam na direção da formação deste jovem.

Cumprir observar, que as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento de habilidades de vida e acadêmicas para que jovens vislumbrem a realização de seus projetos de vida ainda são limitadas, insuficientes. Estas políticas estão muito mais voltadas para aqueles (as) jovens que representam risco para a sociedade.

Quando falamos da formação de um sujeito, no caso do jovem, é difícil entendermos que a perpetuação da juventude, vista como moratória (entendo como espaços ociosos) seja um espaço de formação e preparação do (a) adolescente para a sua inserção no mundo adulto.

Acreditamos que a formação do sujeito se processa em espaços educativos e de sociabilidade, cuja característica é a presença constante do diálogo, do debate e do planejamento e realização de novas ações. Esses e outros espaços desta natureza é que possibilitarão aos (as) jovens mediações para a elaboração e superação de dificuldades e conflitos.

Para pensarmos as adolescências na perspectiva de seus contextos e adversidades é fundamental que a compreensão dessas adolescências esteja ancorada em significados que se inscrevam no reconhecimento de que acima de tudo esse é em um momento de construção de sujeitos. Logo, as adolescências, não se reduzem as mudanças biológicas e não dependem exclusivamente da inserção do mundo adulto.

As questões: *Quem sou eu? O que eu posso ser? O que fazer para ser o que eu quero? O que eu quero para o meu futuro? Como posso me preparar para realizar meu projeto de vida?* Dentre outras, espelham uma dinâmica plena de questionamentos que os jovens fazem para si e para o mundo.

Em síntese, podemos afirmar que o jovem necessita de parceiros que o ajudem a superar seus conflitos e aos poucos responder com sentido as indagações que faz sobre ele mesmo. As funções de mãe e de pai exercidas por aquelas pessoas responsáveis pelo jovem são cruciais para que o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem possam ir ao encontro de suas necessidades que nem sempre são conscientes e quando são nem sempre são coerentes, ou seja, ainda se encontra em estado de maturação.

Lidar com estas funções de forma clara não é tão fácil para nós pais e educadores. Requer calma, persistência e clareza de objetivos para que onde houver a necessidade de limites em relação ao comportamento do jovem que esse seja dado e mantido. Onde houver a necessidade de acolhimento que seja feito e mantido.

Cumpra observar, que não estamos falando de mãe e pais biológicos e sim de funções que podem e devem ser assumidas por ambos mãe e pai ou por outros que são responsáveis pelo jovem.

AMARRANDO ALGUNS PONTOS SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO COM GRUPOS FAMILIARES

É necessário pensar na complexidade em que vivem as famílias na atualidade, independentemente do poder aquisitivo e de níveis de intelectualidades. Para tanto, cabem reflexões e alguns questionamentos que funcionam como pontos de amarrações no trabalho com grupos familiares.

- Quais os modelos, papéis sociais e familiares que os membros da família possuem?
- Quais as relações parentais e a conjugalidade?
- Qual a dinâmica dos vínculos familiares envolvida?
- Como cada membro da família busca o seu bem estar?
- Qual o empoderamento da família e os protagonismos de seus membros?
- Qual o projeto coletivo familiar?

Pensar sobre as famílias contemporâneas é tentar preencher o mosaico em construção. Significa avaliar se estas famílias possuem a capacidade de responder ou aproximar-se das necessidades humanas que podem ajudar na construção de uma sociedade menos agressiva e violenta, mais justa e solidária. As características que devem permanecer como decisiva são: os vínculos afetivos, a cooperação entre os sexos e entre as gerações e o respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (v. 2).

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FONSECA, C. L. W. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. *ABC: textos acadêmicos*, Revista on-line, 2001.

LACAN, J. *A família*. 2. ed. Lisboa: Assírio Alvim, 1981.

MORAES, M. L. Q. Infância e cidadania. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 91, p. 23-30, 1994.

ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: _____. *A família contemporânea em debate*: São Paulo, Cortez, p. 63-88, 1995.

UNICEF. *Adolescentes e jovens do Brasil: participação social e política*. Instituto Ayrton Senna/Itaú Social/2007. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Recebido em março de 2009

Aceito em junho de 2009